

DESPACHO TRF2 0864541

Cuida-se da contratação do docente **Fábio Penezi Póvoa**, para atuar como formador no Curso: "Política Nacional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua e suas Interseccionalidades (PopRuaJud), no dia 07/04/2025 com os temas: "A Resolução 425 do CNJ" e "Princípios e Diretrizes da Política Nacional Judicial de atenção à Pessoa em situação de Rua" e no dia 09/04/2025 com os temas: "Empatia e diálogos com pessoas com atuação junto à população em situação de rua" e "Avaliação final: Registro Reflexivo", na modalidade de ensino presencial, com fundamento na inexigibilidade de licitação prevista no artigo 74, inciso III, alínea "F" da Lei nº 14.133/2021.

Registre-se que, conforme informação contida na SEC (0761396), a referida ação educacional foi aprovada pelo Presidente deste TRF, nos (0756320 e 0757839).

O valor total da despesa é de **R\$ 3.840,00** (três mil, oitocentos e quarenta reais), já incluída a contribuição previdenciária, conforme nova Memória de Cálculo (0794891).

Ressalta-se a manifestação da DPLAN (0795899), ratificada pela SPO (0795986), informando a existência de dotação orçamentária para atender a despesa pretendida.

Os documentos necessários, Cadastro e o Currículo do instrutor encontram-se encartados no 0794866, bem como a Declaração de Parentesco no 0792349 e a regularidade no CEIS/CNEP conforme 0795195.

A Assessoria Jurídica, manifestando-se no (0799591) opinou pela contratação direta do profissional supracitado, com base nos dispositivos legais acima mencionados, transcrevendo, na oportunidade, o entendimento do Prof. Joel de Menezes Niebuhr, no livro "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos", que destacou a inviabilidade de competição como fundamento do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, e o voto proferido pelo Relator do Acórdão nº 2616-42/15-P, Ministro Benjamin Zymler, comprovando que essa orientação prevalece.

Considerando o exposto e o Parecer (0799591) da AJUR, **AUTORIZO** a contratação do docente **Fábio Penezi Póvoa**, por meio de inexigibilidade de licitação, para atuar como formador no curso objeto dos autos, com respaldo no artigo 74, inciso III, alínea "F", da Lei nº 14.133/2021.

Encaminhe-se à DIOFE, para o empenhamento necessário à realização da despesa.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO**, **Diretor-Geral**, em 20/03/2025, às 18:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0864541** e o código CRC **92A1DC09**.